

EXECUTIVO

Um desfile sob julgamento

Acadêmicos de Niterói apresenta homenagem a Lula na Sapucaí sob crivo da Justiça Eleitoral e dos jurados do Grupo Especial

» VANILSON OLIVEIRA
» WAL LIMA
» FERNANDA STRICKLAND

A abertura do maior e mais famoso desfile de escolas de samba do Brasil começou, na noite de ontem, com a apresentação mais polêmica deste ano. A novata Acadêmicos de Niterói levou para a avenida um enredo que conta a trajetória de vida do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que já anunciou sua disposição de candidatar-se à reeleição, em outubro. Manifestação cultural ou propaganda eleitoral antecipada? Para os integrantes da escola, importava apenas o orgulho de pisar, pela primeira vez, a passarela da Sapucaí para defender o enredo ensaiado desde meados do ano passado.

A preocupação estava nos camarotes. O presidente Lula assistiu ao desfile, mas proibiu seus ministros e outros detentores de cargos públicos de desfilar. Nem a primeira-dama desfilou, por precaução. O PT também pediu aos militantes que evitassem qualquer atitude que pudesse ser interpretada como propaganda fora de época.

Com 25 alas, 3 mil integrantes e cinco carros alegóricos, a escola entrou na avenida contando a história do presidente Lula. Painéis de LED de alta definição mostravam imagens de Lula, desde a infância até chegar a Brasília. Bailarinos no carro abre-alas representaram Lula e os ex-presidentes Dilma Rousseff e Michel Temer. O ator e humorista Paulo Vieira veio como destaque, representando o presidente. E Marcelo Adnet, o ex-presidente Jair Bolsonaro.

Alexandre Macieira | Riotur



Lula com a faixa presidencial apareceu nos telões de LED da Comissão de Frente da Acadêmicos de Niterói, escola que abriu o desfile na Sapucaí

Diferentemente do que se especulava, a escola economizou no vermelho, cor tradicional do PT. As cores predominantes foram azul, amarelo e laranja. A famosa ala das baianas remetia aos cactos, comuns na Região Nordeste. Um dos carros representou o caminhão “pau de arara”, com componentes representando a família de Lula de mudança para São Paulo.

O presidente Lula chegou ao Sambódromo da Marquês de Sapucaí por volta das 20h30. Ele assistiu

ao desfile no camarote do prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PSD). Os ministros da Saúde, Alexandre Padilha; e de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, também acompanharam a homenagem.

Frevo e axé

O desfile na Sapucaí fechou um périplo carnavalesco de Lula e da primeira-dama, Janja da Silva, no fim de semana, com passagens

pelos dois maiores polos da folia no Nordeste. Em Salvador, o casal permaneceu por cerca de duas horas no circuito do Campo Grande, no Centro da cidade, ondeacompanhou o desfile do trio BaianaSystem, e foi aplaudido pelo público.

Lula e Janja ficaram no camarote do governo do estado, recepcionados pelo governador, Jerônimo Rodrigues, e pelo ministro da Casa Civil, Rui Costa. “Ele realmente saiu muito impressionado. Uma coisa é ver imagens na TV, mas ver

de cima o que ele viu, e o que eu vi ao lado dele, realmente é uma imagem impressionante. Parecia que a Praça do Campo Grande estava balançando”, disse o governador.

Antes de chegar a Salvador, Lula esteve em Recife, para ver o desfile do Galo da Madrugada. O camarote oficial reuniu lideranças políticas antagônicas: o prefeito João Campos (PSB) e a governadora Raquel Lyra (PSD), em um encontro marcado também por articulações antecipadas para as eleições estaduais.

Samba-exaltação

A Acadêmicos de Niterói levou para a avenida um enredo de forte teor social e político em sua estreia no Grupo Especial do carnaval carioca. A escola aposta na trajetória do presidente Luiz Inácio Lula da Silva como fio-condutor do desfile, conectando sua história a temas como combate à fome, mobilidade social e soberania nacional. Intitulado *Do alto do mulungu surge a esperança: Lula, o operário do Brasil*, o samba-enredo apresenta a jornada de um retirante que deixa Garanhuns em busca de melhores condições de vida — uma referência direta às origens nordestinas do chefe do Executivo.

O tom político permeia toda a letra do samba, que incluiu referências a figuras históricas associadas à resistência democrática e à defesa dos direitos humanos, como Zuzu Angel, Henfil, Vladimir Herzog e Rubens Paiva — nomes ligados à oposição ao regime militar. A letra também recorda Herbert de Souza, o Betinho, reconhecido por sua atuação no combate à fome e à desigualdade. Outro trecho faz críticas reforça a crítica a narrativas consideradas distorcidas ao defender um país “sem mitos falsos, sem anistia”, sugerindo diálogo com debates políticos contemporâneos e conectando a memória histórica ao presente. O desfecho apostou no clima festivo da avenida, com um refrão que repete o nome do presidente e proclama que “o amor venceu o medo” (FS)

Cultos e memes no carnaval bolsonarista

O carnaval da direita bolsonarista passa longe da festa popular que toma conta das cidades brasileiras. Entre cultos religiosos, sátiras nas redes sociais, convocação para protestos e ações de marketing institucional, o feriado foi marcado por manifestações que reforçam a estratégia de oposição ao governo federal e antecipam a disputa eleitoral de 2026.

A ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro reuniu mais de 9 mil pessoas em um encontro evangélico no fim de semana. O evento contou com a presença da senadora Damares Alves (Republicanos-DF) e da vice-governadora do Distrito Federal, Celina Leão (PP).

Em um dos vídeos publicados nas redes sociais, Michelle afirmou: “Os nossos jovens, a nossa juventude, hoje, está comemorando a festa do Espírito e não a festa da

carne, que maravilha”. A fala reforça o discurso conservador que contrapõe celebrações religiosas à folia carnavalesca tradicional.

Tanto Michelle quanto Damares são apontadas como possíveis candidatas ao Senado, em outubro, e o evento foi interpretado por aliados como demonstração de força política no eleitorado evangélico conservador.

No Rio de Janeiro, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), que se lançou pré-candidato à Presidência da República, publicou um vídeo satirizando a homenagem feita pela escola Acadêmicos de Niterói, que levou para a avenida o enredo *Lula, operário do Brasil*. Na paródia compartilhada pelo parlamentar, o samba-enredo foi entoado com o refrão “Luladrão”. Na legenda da publicação, Flávio escreveu: “Diferente (sic) do desfile eleitoral

Reprodução redes sociais



Damares Alves, Michele Bolsonaro e Celina Leão: “Festa do espírito”

do Lula, esse vídeo não usou dinheiro dos impostos”.

A crítica ocorre em meio à repercussão sobre repasses federais a agremiações carnavalescas. A escola

Acadêmicos do Tatuapé recebeu R\$ 250 mil de recursos federais antes de homenagear o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) no Sambódromo do Anhembi. Do

total, R\$ 200 mil foram destinados pelo Ministério da Justiça, ainda sob o comando de Ricardo Levandowski, enquanto R\$ 50 mil saíram da Fundação Cultural Palmares, vinculada ao Ministério da Cultura.

Dirigente da escola, Eduardo dos Santos afirmou que o montante tem destinação específica para oficinas de percussão, capacitação de passistas e confecção de adesços ao longo do ano. Ele ressaltou que os custos do desfile são cobertos pela subvenção da prefeitura de São Paulo, estimada em cerca de R\$ 2 milhões por escola.

Também pelas redes sociais, o deputado Nikolas Ferreira (PL-MG) convocou apoiadores para uma manifestação em 1º de março, na Avenida Paulista, com o mote “Fora Lula, Moraes e Toffoli”. No vídeo, o parlamentar exibe imagens do presidente em um iate e participando

do carnaval em Recife, intercaladas com manchetes sobre o repasse de R\$ 250 mil à escola paulista que exaltou o MST. A estratégia reforça a narrativa de uso político de recursos públicos e amplia o embate com o Supremo Tribunal Federal.

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), está associando o carnaval à atuação das forças de segurança do estado. Em uma das postagens, agentes fantasiados de personagens de desenho animado efetuam prisões no Centro da capital. O governador também divulgou um samba-enredo em homenagem às forças de segurança, com versos que destacam o sistema de monitoramento batizado de Muralha Paulista. “Não adianta se esconder, seja na rua, seja na avenida, a Muralha Paulista vai te ver”, diz um trecho da letra. (FS)



SERGIO ABRANCHES

TODA A MAGISTRATURA, NÃO SÓ O STF OU OS TRIBUNAIS SUPERIORES, PRECISA DE UM CÓDIGO DE CONDUTA. NAS INSTÂNCIAS INFERIORES ESSA NECESSIDADE É GRITANTE. OS MINISTROS DO STF DEVERIAM SER OS PRIMEIROS A QUERER UM CÓDIGO DE CONDUTA

A ética dos tribunais

O afastamento do ministro Dias Toffoli do inquérito sobre o Banco Master, do qual era relator, e a validação por unanimidade dos atos por ele praticados não respondem a todas as dúvidas sobre a instituição. Dar como válidas suas decisões busca evitar pedidos de anulação por falhas processuais. Na reunião convocada pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, Toffoli, queria se manter na relatoria e tinha apoio da maioria, mas não unânime. Por acordo, ele acabou pedindo para deixar a relatoria e todos assinaram a nota convalidando suas decisões. Esse desfecho não restaura a credibilidade do STF, que tem outros problemas.

Por que tanta desconfiança? Brasília, além de capital federal, é a capital da promiscuidade

público-privada. Quem circula por seus rumorosos corredores sabe de desvios comportamentais, que não são divulgados pela imprensa. Jornalistas sérios não publicam na base em falatório, só fatos apurados. Mas nem tudo que se murmura nos bastidores é fofoca. Muita coisa se espalha e pega em numerosos agentes públicos e políticos. São muitas festas, encontros, recepções de lobistas sem registro que, para assegurar a credibilidade e a reputação das instituições e suas próprias, magistrados e autoridades deveriam agir com transparência e parcimônia.

Não basta a justificativa com o recurso aos marcos legais, com destaque para a lei orgânica da magistratura nacional, a Loman. É preciso ir além para alcançar os fatores intangíveis que formam a imagem

e a credibilidade no plano simbólico. A falação respinga na instituição e gruda no mundo digital em que os algoritmos impulsionam boatos misturados a pedaços da verdade. No momento, as únicas ferramentas de precaução disponíveis são a transparência, a sinceridade e a autocontenção. Na gestão de danos à imagem, a recomendação é falar de forma aberta e franca sobre as suspeitas. O pior é estender sobre elas o manto do sigilo.

A resistência de ministros do STF a um Código de Ética, já introduzido nos instrumentos institucionais de vários países, aumenta o risco de dano à sua reputação. O objetivo não é só criar restrições autoimpostas, mas principalmente assegurar a autonomia e a imparcialidade indispensáveis ao controle jurisdicional e preservar a carga simbólica de credibilidade e de reputação ilibada da Suprema Corte.

O ministro Edson Fachin, presidente do STF, apenas usou o bom

senso ao propor o Código de Ética. A condução do inquérito do banco Master pelo ministro Dias Toffoli foi anômala. Um banco pequeno está nas manchetes porque há indícios de fraude, corrupção e tráfico de influência por parte de seu proprietário e das empresas envolvidas. Há registros da desenvoltura com que o ministro circulava e recebia amigos no resort no centro da dúvida. Suas notas imprecisas não ajudaram.

Um Código de Ética é o mínimo. Há distorções institucionais subjacentes às anomalias no tratamento do caso Master. O STF se transformou numa federação de juízes solitários que tomam decisões autocráticas em questões relevantes sobre as quais a Corte é chamada a se manifestar. O estatuto da liminar foi distorcido e perdeu o sentido original. Liminares são medidas cautelares e precárias para quando há risco de danos iminentes irreparáveis. Suspendem as atividades de risco até o exame de mérito

pelo colégio de ministros. A análise de mérito nem sempre mostra a mesma urgência cautelar.

Hoje, ministros concedem liminares a rodo, em questões que não envolvem risco iminente de perdas irreparáveis. O mérito demora a ser examinado pelo plenário. O colegiado deve ser soberano, como disse recentemente o ministro Fachin. Há razões objetivas para a preferência pela decisão colegiada. Seres humanos em sociedade muito raramente agem com objetividade. A única forma de chegar próximo a esse ideal é a intersubjetividade, obtida quando uma pluralidade de juízes julga a questão. As turmas não são suficientes para obter esse efeito. São pequenas para uma deliberação realmente plural. Os ministros podem trocar de turma e essa mobilidade compromete o espírito do colegiado plural.

Aconteceu recentemente. O ministro Luiz Fux, após um voto cheio de contradições e erros

de conteúdo no julgamento da cúpula golpista liderada por Bolsonaro, absolveu o ex-presidente e alguns generais. Constrangido por seu voto solitário, foi para a Segunda Turma onde encontra mais afinidades.

Toda a magistratura, não só o STF ou os tribunais superiores, precisa de um código de conduta. Nas instâncias inferiores, essa necessidade é gritante. A Loman apenas não supre a carência de procedimentos mais ágeis de correção de condutas. Toda regra pede dispositivos transparentes de apreciação e correção de desvios éticos. Os ministros do STF deveriam ser os primeiros a querer um código de conduta, com mecanismos para sua aplicação efetiva. Um código formal, dotado de ferramentas de execução transparente e corretivos eficazes, ajudaria a reduzir a promiscuidade público-privado no território sombrio das relações indevidas.